



Acesso à Informação para a Comunicação: a leitura na perspectiva do desenvolvimento¹

Tamara de Souza Brandão GUARALDO²

Oswaldo Francisco de ALMEIDA JUNIOR³

Universidade Estadual Paulista, Marília, SP.

Resumo

O acesso à informação como fator de desenvolvimento humano. Desenvolvimento individual e coletivo. Acesso e direito à informação. A leitura como acesso à informação e política pública para o desenvolvimento. Leitura como estratégia de desenvolvimento cultural de localidades. Apresenta as premissas da pesquisa sobre a localidade de Dois Córregos – SP, com ênfase no acesso e mediação da informação para a comunicação e desenvolvimento local. Um breve histórico do local é apresentado.

Palavras-chave

Acesso; informação; desenvolvimento; leitura; comunicação.

Introdução

O acesso à informação é um direito e uma importante conquista para o desenvolvimento humano. Esse conceito ganha destaque significativo em nossa época, denominada Era da Informação (CASTELLS, 2005). Na sociedade da informação, a interconexão entre mercados, sociedade, cultura, fluxos e serviços têm papel central e uma das questões-chave é a informação como matéria-prima: “*A informação pode ser pensada como uma entidade que impregna toda atividade humana*” (BROOKES, 1980).

Muitas das desigualdades anteriores à Era da Informação permanecem neste novo paradigma, e outras são criadas, como as referentes ao avanço tecnológico e ao acesso e uso efetivo dessas tecnologias pela população. Para que esse acesso e uso

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local (DT 7), IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolsista CAPES. Jornalista. Mestre em Comunicação. Doutoranda em Ciência da Informação- Unesp/ Marília – SP. E-mail: tamaraguaraldo@gmail.com

³ Orientador da pesquisa. Doutor em Ciências da Comunicação (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Unesp/ Marília – SP.



sejam possíveis, saberes *a priori* são necessários, como a leitura, uma das portas de entrada para o acesso à informação na sociedade atual; relacionada ao desenvolvimento cultural, tanto do indivíduo quanto o da coletividade.

Nesse contexto, é importante observar as experiências locais de comunicação e informação já existentes como instrumento de desenvolvimento individual e coletivo, mesmo as que não envolvam o uso de alta tecnologia. Reduzir o contexto da Sociedade da Informação “*a uma definição da mudança e do novo que tem olhos apenas para os lugares em que há dispositivos técnicos*”, é limitar a noção de informação e comunicação a aparatos tecnológicos (MATTELLART, 2002, p. 8).

O acesso à informação como um direito de todos

O acesso à informação está relacionado ao direito à informação, conceito que surgiu no contexto da liberdade jornalística de buscar e obter informações, da liberdade de expressão e também do direito ao livre fluxo de informação; do acesso a informações que as pessoas têm o direito de saber (KOREN, 1997). Outra concepção em destaque é o papel da informação tanto no desenvolvimento pessoal e único do ser humano, como também no de sua atuação social, encorajando sua participação na cultura e na sociedade: “*a informação desempenha um papel no desenvolvimento de ambos os aspectos*” (KOREN, 1997).

O debate sobre o acesso à informação resultou na questão do direito à informação para todos, como uma continuação do direito à educação, ambos na perspectiva do desenvolvimento do ser humano (KOREN, 1997). Duas noções de desenvolvimento humano podem ser consideradas: uma está centrada ao nível do indivíduo e outra ao nível nacional. A visão de que o desenvolvimento humano está centrado no indivíduo, levanta a questão da aquisição de valores humanos, do ser social e da sociabilidade. Em relação ao desenvolvimento nacional, são considerados como fator de desenvolvimento os índices: econômicos, culturais, educacionais, de saúde, e, também, referentes à política.

A perspectiva de desenvolvimento nacional envolvendo o acesso à saúde, à cultura, à educação e o desenvolvimento econômico como fatores fundamentais, é a



base primordial do conceito de desenvolvimento humano, este inserto no próprio índice de desenvolvimento humano (IDH) ⁴.

Yilmaz (1998) argumenta que a noção de desenvolvimento humano centrado no indivíduo dá ênfase prioritária ao acesso à informação como um direito que só pode ser exercido pelo indivíduo alfabetizado, pois este pode ter acesso à informação escrita. Assim, para o autor, a prioridade dos países em desenvolvimento deveria ser a de criar uma sociedade letrada e a conclusão de sua análise é a de que se um país não solucionou seus problemas urgentes, referentes a fome, a educação e saúde básica, a segurança social e liberdade política, não é possível alcançar o direito à informação (YILMAZ, 1998).

Mas se adotamos a visão de Yilmaz (1998) sobre o acesso à informação, esse se torna um difícil direito a ser alcançado pelos países em desenvolvimento e sua população. No entanto, existem outras perspectivas, as quais incluem o acesso à informação como um direito de todos (IBICT, 2009). Esta visão é compartilhada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que considera que o acesso à informação também é um direito das pessoas iletradas, e projetos envolvendo essa parcela da população tem importância estratégica.

Mas existem muitos “outros”: o desempregado, o pobre ou o iletrado. Eles quase, por natureza, são excluídos da sociedade da informação. Isso por que, mais do que uma sociedade da informação, precisamos de uma sociedade da sabedoria, uma sociedade com sentido, uma sociedade justa em que todos os “outros” podem encontrar o seu lugar (QUÉAU, 1998, p. 205).

O acesso à informação é, portanto, um direito de todos e parte integrante do desenvolvimento humano. Refletir sobre o acesso à informação nos leva a reconhecer que é preciso enfrentar muitos desafios, dentre eles, o de “elevar os conhecimentos gerados e utilizados na sociedade, oferecendo o estímulo para constante aprendizagem e mudança” (WERTHEIN, 2000, p. 75). Algo que a promoção da leitura pode colaborar.

⁴ O conceito de desenvolvimento humano do IDH considera a renda, a longevidade e escolaridade como fatores de desenvolvimento e “parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.” (PNUD, 2004).



A leitura como acesso à informação

Compreende-se aqui o acesso à informação como um direito e um processo que pode contribuir para a emancipação do ser humano, na perspectiva do desenvolvimento, individual e coletivo. Uma das formas de acesso à informação pode ser encontrada na leitura. Quem lê amplia seus horizontes e tem acesso a informações diversas, aumenta seu repertório cognitivo e pode vir a construir conhecimento.

A partir do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) lançado pelo governo federal em 2006, a leitura passa a ser reconhecida como política pública de Estado. A educação e cultura são critérios prioritários, capazes de definir o grau de desenvolvimento sócio-econômico de uma nação. Nesta perspectiva, a cultura é inserida como prática de cidadania e desenvolvimento, e que contribui, juntamente com a educação, para a elaboração do IDH de um país.

No documento, a leitura é destacada como “um componente do que chamamos cidadania e um componente do que chamamos desenvolvimento” (BRASIL, 2006, p. 05). Assim, a leitura é assumida como um meio para que as pessoas desenvolvam seu potencial e capacidade de expressão, construindo conhecimento – tanto individual quanto coletivo.

Projetos de acesso à informação, especificamente no caso da leitura, podem se tornar estratégia de desenvolvimento cultural de localidades. É importante destacar que na chamada Sociedade da Informação pressupõe-se que o indivíduo já tenha adquirido saberes *a priori* para ser um cidadão digital. Dentre os saberes necessários, destacam-se a alfabetização, tanto no contato com textos escritos quanto no conhecimento e uso efetivo das tecnologias de informação e comunicação. São exigências fundamentais para o ingresso no universo da alta tecnologia, e que não estão inteiramente alcançadas por grande parte da população brasileira.

A falta de leitura afeta, principalmente, a população mais pobre, levando a um ciclo que gera mais exclusão e menos cidadania, pois a leitura está relacionada ao acesso à informação, a capacidade de aprendizado ao longo da vida. A pobreza aparece como fator limitador do acesso e direito à informação...

As escolas são valiosas, mas há necessidades urgentes nos países em desenvolvimento e é inegável que grupos comunitários de leitura são mais flexíveis e adaptáveis à situação local sendo, portanto, mais ágeis para atingir a população em geral. As pessoas que aprendem a ler sabem onde buscar a informação e assim procurar



os canais de informação, daí que a leitura estabelece uma diferença entre os que têm esse conhecimento e os que não têm.

Para Quéau (1998) o conceito de Sociedade Global da Informação é enganoso, pois a maioria da população não participa dessa sociedade, embora sofra suas consequências. E uma delas é o fato da economia global não enfrentar as questões sociais importantes como educação, saúde básica, paz social, que são transferidas apenas para a esfera política (QUÉAU, 1998).

Nesse paradigma, aquilo que diz respeito a todos, como o “desenvolvimento cultural”, se torna difícil de medir, e aparece, muitas vezes, como um termo vago, de interesse comum, mas que ninguém se encarrega de fazê-lo... (QUÉAU, 1998, p. 203).

O acesso à informação pode ajudar o desenvolvimento cultural ao fornecer oportunidades advindas de um maior fluxo informacional, contudo “essa informação deve ser compatível com o nosso próprio mundo, com a nossa cultura, exigindo um tratamento para se transformar em conhecimento” (BELLUZZO, 2004, p. 218).

Deste modo, projetos de desenvolvimento cultural atuam para evitar que em plena época da Sociedade da Informação e da economia globalizada, aumente o número de excluídos e marginalizados:

A visão de desenvolvimento local como espaço de mediações do global/ local (...) permite encontrar saídas para viabilizar a gestão comunitária, tornando mais ágil o enfrentamento dos problemas imediatos da fome, desemprego, saúde, educação, migração e exclusão no Brasil. Permite, também, proporcionar as bases para o desenvolvimento de programas a longo prazo, como os voltados para a Educação, pois se as novas tecnologias e os meios de comunicação, enquanto manifestações do global, podem ajudar a suprir uma lacuna extensa de dívida social com as populações menos privilegiadas, têm que atuar levando em consideração as demandas da comunidade, do local (SANTOS, 1998, p. 34).

É nesse quadro que se insere a pesquisa sobre a localidade de Dois Córregos, interior de São Paulo, onde acontece o projeto EntreVersos, de incentivo a leitura e expressão poética, como uma proposta de desenvolvimento da comunidade local.



O local como contexto

Em Dois Córregos, cidade localizada na região central do estado de São Paulo, situada a 225 km da capital e 63 km a sudeste de Bauru, encontram-se presentes elementos culturais de origens diversas. A cidade, de 153 anos, foi elevada a município ainda nos tempos do Império e sua história está ligada a das cidades vizinhas como Brotas, Jaú e Mineiros do Tietê, que foram fundadas por migrantes vindos de Minas Gerais (TABLAS, 1987, *passim*). Em torno de 1842, famílias de mineiros migraram do sul de Minas, onde as terras tinham preço elevado, e se estabeleceram no centro-oeste paulista. Dois Córregos servia como ponto de descanso a caminho de Jaú, e era conhecida como a “*Pousada Alegre dos Dous Corregos*”, pois os mineiros se instalavam próximos ao Ribeirão do Peixe, cujos afluentes Fundo e Lajeado são os córregos que nomearam a cidade.

Esses primeiros migrantes vindos das Minas Gerais eram formados por típicas famílias caipiras, e essa influência cultural era vivenciada nos hábitos da população: a finalidade principal da migração era ocupar as terras e retirar delas o suficiente para a subsistência. Os migrantes criavam porcos, gado, fabricavam queijo, plantavam arroz, feijão, fumo, milho, algodão e praticavam a caça para alimentação. Nos contatos com centros comerciais vendiam toucinho e compravam sal e pólvora. A roupa era feita no tear, pelas mulheres da família. O resultado da safra era praticamente impossível de ser comercializado (TABLAS, 1987, p.56).

O cenário econômico só foi alterado a partir da inauguração da Estrada de Ferro em 1886, o que incentivou a produção do café e seu escoamento para exportação. E foi ainda no final do século XIX que o café se tornou o primeiro produto agrícola do município. Muitos agricultores, porém, mantinham uma produtividade limitada, com traços nitidamente caipiras, e mesmo com a possibilidade de ampliar o comércio devido a via férrea, continuavam a escoar a safra em lombos de animais.

No entanto, alguns cafeicultores colhiam mais de mil arrobas por safra. Numa época em que a população de Dois Córregos girava em torno de 18.680 habitantes, desse total cerca de 16.000 habitava a zona rural, mas apenas 124 eram proprietários de terra. Deste modo, no final do Século XIX a maioria da população era de colonos nas fazendas que prosperavam. Algumas famílias caipiras não se adaptaram aos novos tempos do café e perderiam suas terras para posseiros ou em demandas injustas para os coronéis (TABLAS, 1987, p. 45 e p.59).



Nesse período a cidade viveu o início de uma nova influência cultural: a dos italianos que chegavam para trabalhar nas lavouras. Grande número de imigrantes vindos pela Estrada de Ferro e atraídos pelo trabalho no café chegou ao município, mas após dez anos da inauguração da linha férrea, não havia nenhum italiano proprietário de terras (TABLAS, 1987, p. 59). A influência cultural, contudo, pôde ser sentida com a vinda de uma Agência Consular da Itália em 1897 e a fundação da *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro XX de Setembro*, em 22 de janeiro de 1900. Tablas conta que essa sociedade prestou bons serviços à localidade:

(...) promovendo campanhas filantrópicas, comemorações de datas cívicas e outras atividades sociais. Angariou fundos para a criação da Escola Maternal Dona Analia Franco (primeira escola maternal do interior paulista) em 1902, além de conseguir doações para a manutenção da banda de música União dos Artistas (1987, p. 61).

Essa sociedade teve curta existência, pois com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, a mesma foi impedida de funcionar. E até os cidadãos italianos sofriam perseguições, como a apreensão de aparelhos de rádio pela polícia, devido a denúncias (TABLAS, 1987, p. 61).

No decorrer do Século XX, Dois Córregos enfrentou a crise de 1929 e a consequente mudança de sua principal fonte de renda passar do café a cana-de-açúcar. Atualmente, no período em que se inicia a safra da cana-de-açúcar, no final do mês de março, aproximadamente quatro mil migrantes chegam a Dois Córregos vindos do nordeste e de Minas Gerais para trabalhar na lavoura temporária. Com eles, chegam novas influências culturais e sociais na localidade. Os migrantes representam um aumento de quase 20% na população da cidade. Chamados de “população flutuante”, os migrantes ficam de 9 a 10 meses na cidade e depois vão embora para passar as férias em seu local de origem, mas há aqueles que decidem permanecer no local.

De acordo com o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)⁵ divulgado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) em 2009, Dois

⁵ Espécie de IDH paulista: “O IPRS é uma ferramenta usada para avaliar e redirecionar os recursos públicos voltados para o desenvolvimento dos municípios paulistas. Não um desenvolvimento comum, mas aquele do qual a sociedade participe e se beneficie, na procura por um maior equilíbrio econômico e social do Estado” (SÃO PAULO, 2003). O IPRS divide os municípios paulistas em cinco grupos, numa escala que avalia a riqueza por meio da produção, longevidade e escolaridade. O grupo 1 concentra 13% dos municípios mais ricos do Estado, seguidos pelo grupo 2 com bons indicadores de riqueza, mas um indicador insatisfatório de longevidade ou escolaridade; o grupo 3 apresenta baixo nível de riqueza e bons indicadores sociais; grupo 4 e 5 reúnem os municípios com as piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade.



Córregos está classificada no grupo 5, o que apresenta os piores índices de riqueza e indicadores de longevidade e escolaridade insatisfatórios.

Assim, é preciso conceber o local não como algo dado e imutável, mas como um ‘fato’ construído historicamente, uma categoria que se transforma em função de ações e alterações no contexto regional, nacional e internacional (BOURDIN, 2001, p. 185).

Mapeando o campo...

É neste panorama que se destaca a parceria entre a Secretaria de Educação do Município de Dois Córregos e a Organização Não-Governamental “*Instituto Usina de Sonhos*”, fundada em 1995, pelo ex-usineiro e empresário José Eduardo Mendes Camargo. A ONG tem como objetivo estimular a criação poética em Dois Córregos, através do projeto EntreVersos, criado em 2006. Além das escolas, o projeto está presente em toda a vida social do município: nas usinas, na biblioteca municipal, nas igrejas e até no presídio. O EntreVersos leva a poesia a grupos interessados. Aos membros da ONG, chamados de *multiplicadores*, cabe a função de ler poemas, ensinar a estrutura e a escrita e incentivar os participantes a colocar as ideias no papel. Atualmente o projeto conta com recursos privados e também municipais, além do apoio do Estado, para se manter. “O EntreVersos pretende envolver a população local no incentivo à participação do universo poético, despertando o interesse pela leitura, aguçando o pensamento crítico, estimulando as produções e manifestações culturais” (INSTITUTO USINA DE SONHOS, 2006).

Num ambiente marcado por influências culturais diversas, pretende-se estudar a parceria entre o poder público e a ONG, através do projeto EntreVersos, na perspectiva do desenvolvimento tanto do indivíduo participante quanto o da coletividade, aprofundando a investigação sobre a cultura local e seus mecanismos de acesso e mediação da informação para a comunicação entre os envolvidos. O projeto EntreVersos pode ser compreendido como uma experiência popular de comunicação, presente no mundo da vida diária da localidade, de desenvolvimento do indivíduo como ser social: “a comunicação é (...) um processo que alimenta a sociabilidade, que gera laços sociais que estabelecemos com os outros” (RODRIGUES, 1999, p.22).

A pesquisa tem o objetivo de investigar o projeto EntreVersos enquanto fenômeno popular de comunicação, com enfoque especial na mediação da informação, na prática da leitura. Ao estudar essa manifestação de comunicação para a mediação da



informação, espera-se engendrar a pesquisa em intersecção com a proposta governamental de que o ponto de partida para desenvolver políticas públicas na área da leitura é partir de experiências locais, principalmente na esfera municipal, um dos princípios do Plano Nacional do Livro e da Leitura (BRASIL, 2006).

Iniciativas como a do Projeto EntreVersos, que visam estimular a discussão e produção de textos, podem auxiliar na geração do conhecimento e no desenvolvimento individual e da coletividade. Acreditamos que projetos de desenvolvimento cultural, a partir de um contexto local, adquirem um papel estratégico para elevar habilidades de leitura e escrita na vida cotidiana, e, portanto, justificam o interesse da investigação. A pesquisa será desenvolvida no período de 2009 a 2013⁶, com enfoque na mediação da informação entre os envolvidos, com futura apresentação dos resultados à comunidade e à sociedade em geral, em consonância com os preceitos do acesso e direito à informação para todos.

Referências

BELLUZZO, R.C.B. A gestão da informação e o conhecimento sob a ótica da comunicação. **Revista Comunicação Midiática**: Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Universidade Estadual Paulista), Bauru, 2004, ano 1, n. 1 e 2, p. 211-229, dez. 2004.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano nacional do livro e da leitura**. Brasília, 2006. Disponível em: www.pnll.gov.br Acesso em: 30 jan.2009.

BROOKES, B.C. The foundations of information science: Part. I. philosophical aspects.

Journal of Information Science. V. 2, n. 3-4, p. 125-133, 1980.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: _____ **A sociedade em rede**. 8 ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2005. Vol. 1.

⁶ A pesquisa, de caráter Qualitativo, segue a tradição compreensiva e interpretativa. O objetivo desse tipo de pesquisa é o de observar fenômenos importantes, no caso em análise, relacionados à experiência popular de comunicação, voltada para o acesso e mediação da informação, bem como ao desenvolvimento local.



INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT).
Programa de informação para todos. Disponível em:
<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/noticia/ibict-e-coordenador-nacional-do-programa-informacao-para-todos-da-unesco/> Acesso em: 30 jan.2009

INSTITUTO USINA DE SONHOS. **Projeto EntreVersos**. Dois Córregos, 2006. Disponível em: <http://www.usinadesonhos.org.br/projetos.asp> Acesso em: 10 dez. 2008.

KOREN, M. The right to information as a condition for human development. In: 63rd IFLA General Conference, August 31-September 5, 1997 Copenhagen, Dinamarca. Disponível em: <http://archive.ifla.org/IV/ifla63/63korm.htm> Acesso em: 20 maio 2009.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. (trad. Nicolas N. Campanário) São Paulo: Loyola, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento humano e IDH**. Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/> Acesso em: 01 maio 2009.

QUÉAU, P. A revolução da informação: em busca do bem comum. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, maio/ago. 1998.

RODRIGUES, A.D. **Comunicação e cultura**: a experiência cultural na era da informação. 2 ed. Lisboa: Presença, 1999.

SANTOS, M.S.T. Gestão da comunicação no desenvolvimento regional. **Comunicação & Educação**, v. 4, n. 11, 2008.

SÃO PAULO. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/> Acesso em: 01 de junho 2009.

SCHRAMM, W. Comunicação e mudança. In: LERNER, D. ; SCHRAMM, W. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. São Paulo: Melhoramentos, Universidade de São Paulo, 1973.

_____. **Comunicação de massa e desenvolvimento**: o papel da informação nos países em crescimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch. 1976.

TABLAS, H.G. **A pousada alegre dos Dous Corregos**. São Paulo: Roswitha Kempf, 1987.



WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

YILMAZ, B. The right to information: is it possible for developing countries? In: 64th IFLA General Conference, August 16 – August 21, 1998 – Amsterdã, Holanda. Disponível em: <http://www.ifla.org.sg/IV/ifla64/059-86e.htm>. Acesso: 24 abril 2009.